

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 11ª
(DÉCIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está havendo uma reunião de líderes neste momento. A Presidência vai suspender a sessão, para que possamos aguardar o comparecimento dos Deputados que estão na reunião.

(Suspensa às 15h38min, a sessão é reaberta às 16h05min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Há quorum regimental. Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Leite a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 43, de 04/03/2011, juntamente com a ata sucinta da 11ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui alertado pela Assessoria da Mesa sobre o seguinte: com relação à proposta de emenda à Lei Orgânica de que fiz a leitura, há uma diferença na autoria de dois Parlamentares, de maneira que, neste caso, é preciso ler todos os nomes, se V.Exa. me permite.

Então, trata-se de Proposta de Emenda à Lei Orgânica que altera o art. 65, caput, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e acrescenta o § 3º ao referido artigo. É da lavra dos seguintes Deputados: Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Evandro Garla, Deputado Chico Leite, Deputado Joe Valle, Deputada Luzia de Paula, Deputado Olair Francisco, Deputada Rejane Pitanga e Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Registro a assinatura, no livro de presença, de 6 Deputados.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tão somente queria observar a V.Exa. que há uma reunião do Colégio de Líderes aguardando o Presidente da Casa. A reunião estava marcada para 14h, e o Presidente da Casa, ao que me parece – eu passei nessa reunião, embora não seja do Colégio –, não havia chegado, de maneira que os Parlamentares estão lá nessa reunião, de grande importância, porque diz respeito à definição de pauta. Foi uma sugestão que demos – V.Exa. estava presente – para a definição dos nossos cronogramas mensais. Então, eu queria somente observar a V.Exa. que os colegas do Colégio de Líderes estão lá na Sala da Presidência aguardando o Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Como bem disse V.Exa., Deputado, já foi lembrado também e reforçado por V.Exa. que os outros se encontram à espera dessa reunião, que deverá acontecer.

Dando prosseguimento aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Constata-se que não há em plenário o quorum necessário para a realização da sessão.

Estão presentes os Deputados Chico Leite e Raad Massouh.

As matérias que integram a Ordem do Dia ficam transferidas para a próxima sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h11min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 12ª
(DÉCIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM
COMISSÃO GERAL PARA DEBATER A SITUAÇÃO
DO CENTRO DE ALBERGAMENTO CONVIVER
– CEACOM – EM ÁGUAS CLARAS – RA XX,
EM 24 DE FEVEREIRO DE 2011**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 46, de 14/03/2011, juntamente com a ata sucinta da 12ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Leitura da atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO AGACIEL MAIA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 10ª Sessão Ordinária;

- Ata da 11ª Sessão Ordinária.

Devido à falta de quorum, a Presidência vai suspender os trabalhos por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h03min., a sessão é reaberta às 15h28min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está reaberta

a sessão.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – A presente comissão geral, conforme deliberação do Plenário, em razão da aprovação do Requerimento nº 185, de 2011, de autoria dos Deputados Chico Leite e Olair Francisco, destina-se a debater a situação do Centro de Albergamento Conviver – CEACOM – de Águas Claras, RA XX.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em uma conversa, hoje pela manhã, inclusive com a presença do Deputado Patrício, ficou acertado que nós iríamos apreciar o projeto que trata do crédito do BID, e que em seguida, transformaríamos a sessão em comissão geral.

Portanto, eu quero requerer a V.Exa. e convidar os demais companheiros, Deputadas e Deputados, que se encontram nos corredores ou nos gabinetes que, por gentileza, compareçam ao plenário para que possamos votar o projeto. A votação desse projeto é muito simples e muito rápida. Não iremos gastar nem 20 minutos. Em seguida, nós transformaríamos a sessão em comissão geral. Inclusive eu já conversei com a Deputada Arlete Sampaio, nossa Secretária, que estará aqui sendo questionada a respeito da comissão geral, e ela concorda plenamente conosco.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) - Eu concordo com o que V.Exa. está dizendo. Só que no presente momento, se analisarmos, eu posso até pedir uma verificação de quorum... Seria melhor transformarmos em comissão geral e, logo em seguida, chamamos uma sessão extraordinária, se houver quorum. Porque, se formos ficar aguardando, aguardando, aguardando, se suspendermos de novo, ou continuarmos a sessão, ou chamarmos os Líderes de partido para fazerem uso da palavra...

Então, acredito que seria mais fácil transformarmos e chamarmos uma extraordinária – que não custa nada, ninguém receberá nada, será a mesma coisa –, se houver quorum, votamos urgentemente a matéria. Torna-se mais fácil, se assim houver interesse. Senão, solicitamos uma verificação de quorum, mas percebemos visivelmente que não há quorum para deliberação. Eu acredito que ganharemos tempo realizando a comissão geral e assim que ela terminar verificamos o quorum e convocamos uma extraordinária. O que V.Exa. acha?

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, realmente o Deputado Chico Vigilante está correto do ponto de vista do entendimento com o Presidente da Casa. S.Exa. teve a iniciativa de fazer a convocação para as 15h da sessão ordinária.

Também concordo com V.Exa. quanto à insuficiência de quorum e, naturalmente, se entrarmos numa sessão extraordinária, iremos direto aos relatórios e, conseqüentemente, à votação. Diante da insuficiência de presença dos Srs. Parlamentares, entendo que isso também é impossível. Vamos tentar, depois da comissão geral, uma audiência, mas creio que a matéria não é apenas em função do projeto em si. Acho que temos outros problemas que devemos equacionar enquanto se transcorre a comissão geral. E estamos aqui presentes até para viabilizar a comissão geral de autoria, entre eles, do Deputado Chico Leite.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Sim, concordamos com V.Exa. Acho que é mais sensato fazermos dessa forma agora. Neste momento, se transformarmos em comissão, nada nos impede...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu concordo com a proposição de V.Exa. para, após a comissão geral, fazermos a extraordinária.

Eu só lamento, Sr. Presidente, ao que tudo indica – e não é

culpa de V.Exa. nem de nós que estamos aqui, pois comparecemos –, é que esta Câmara Legislativa, nós Deputados, o conjunto desta Casa, não tenha a sensibilidade de votar um projeto importantíssimo, porque é um empréstimo de US\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares) a serem investidos no Distrito Federal. A comissão do BID estará aqui na segunda-feira e parece que não estamos tendo essa compreensão. Não é culpa de V.Exa., que esteve aqui desde a abertura da sessão. Não é culpa de quem está aqui, é culpa de quem não veio para votar, efetivamente, dentro do entendimento que havíamos feito!

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Convido o Deputado Chico Leite para assumir os trabalhos da comissão geral.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Leite.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Boa-tarde a todas e a todos. Antes de dar início, eu gostaria de convidar para dividir a direção dos trabalhos aquele que foi parceiro e coautor desta audiência, o Deputado Olair Francisco. Eu gostaria que o Deputado viesse aqui à frente. Vamos, em realidade, com a permissão de todas e todos, dividir a condução dos trabalhos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dou boas-vindas a todas e todos os presentes e quero dizer que este trabalho, agora aberto, tem o condão de debater a situação do Centro de Albergamento Conviver – Ceacom, em Águas Claras. Como é praxe do ritual, procederemos aos convites para composição da Mesa.

Quero convidar a Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal, Exma. Sra. Arlete Sampaio; quero agradecer a presença dos Deputados Evandro Garla; Rejane Pitanga; Cláudio Abrantes; Joe Valle; Agaciel Maia; Wasny de Roure, nosso Líder de Governo; e o Deputado Chico Vigilante, Líder do PT.

Eu gostaria de fazer duas observações. Primeiro, eu gostaria de pedir à secretária dos trabalhos, Dr. Arthur e Dr. Manoel, que providenciasse a liberação do ingresso de algumas pessoas que vieram para o debate. Talvez porque pensássemos que haveria a votação, conforme combinado na reunião, e proposto pelo Líder de Governo, acabamos iniciando antes do combinado. Então, é possível que tenhamos ainda autoridades convidadas que não estejam presentes. Segundo, pedimos também a liberação da galeria. Aqueles cidadãos ou cidadãs que quiserem participar da audiência, podem ingressar no recinto, na Casa do povo.

Aqueles autoridades que ainda não chegaram, aguardaremos todas. Gostaríamos que o Sr. Arthur e o Sr. Manoel ficassem atentos a isso.

Convido para compor a Mesa a Sra. Telma Rufino, Presidente da Comissão de Remoção do Albergue; o Sr. José Júlio de Oliveira, Administrador de Águas Claras; o Dr. José Carlos Medeiros Brito, Delegado-Chefe da 21ª Delegacia de Polícia; o Tenente-Coronel Robson Rodrigues dos Santos, comandante do 17º Batalhão da Polícia Militar. Por gentileza, seja bem-vindo. (Palmas.)

Nós aguardamos ainda a representação da Secretária de Justiça na pessoa do Secretário-Adjunto, Sr. Jefferson Ribeiro.

Na continuação dos trabalhos, é evidente que precisamos combinar um método — método na acepção grega, caminho. Então, vamos fazer esta comissão geral da seguinte sorte, se todos concordarem, inclusive o coautor, Deputado Olair Francisco: a ideia é que expressem suas palavras os componentes da Mesa, a partir da comunidade para as autoridades e, em seguida, possamos abrir, evidentemente com tempo determinado, com a disciplina necessária e com os limites de tempo para todos os que queiram participar, o microfone àqueles que aqui estejam e queiram se pronunciar.

Não é próprio das comissões gerais, como não é próprio das audiências públicas, mas existe uma possibilidade de termos isso para que haja uma gestão participativa — é fundamental a participação.

Uma segunda observação — sei que as autoridades têm o seu tempo e quero agradecer imensamente o acolhimento do convite — é que, segundo o nosso Regimento, têm precedência nas falas os Parlamentares e as Parlamentares. De maneira que se pode até abrir mão dessa precedência, mas a têm, e nós os chamaremos e as chamaremos.

Vejo também presente o Presidente da Associação Brasileira de Odontologia - ABO de Taguatinga, Sr. Tarcísio Pinto. Eu gostaria que o Sr. Tarcísio pudesse vir compor a Mesa conosco. O Sr. Tarcísio quando chegou me disse que tinha muita dificuldade de tempo.

Queremos agradecer imensamente a sua participação.

Antes de iniciar nossa comissão, eu queria fazer uma observação. A condução de trabalhos como esse, de debates importantes como esse, sempre exige da gente muita responsabilidade. De um lado, garantindo a participação popular, a gestão participativa; de outro, pelas responsabilidades que temos, devemos garantir a ordem para que todos os posicionamentos floresçam, para que todos possam colocar as suas palavras. Por exemplo, habitualmente não se permite a manifestação em forma de dizeres no plenário; hoje, exatamente para que o debate seja rico, estamos permitindo — com observação da responsabilidade.

Da mesma sorte é absolutamente necessário que aqueles que aqui se expressam, sejam os representantes da comunidade sejam os representantes do Governo, sejam respeitados em suas manifestações. Para que nós sejamos ouvidos e respeitados, precisamos ouvir os outros e respeitá-los. Eu, como militante da causa, sou um apaixonado pelo debate, mas também sou um servo do respeito, da lei e da ordem. De maneira que não posso deixar de garantir essa contemporização de direitos. Eu queria pedir a compreensão de todos e de todas.

Chamo atenção para a presença muito honrosa da Deputada Luzia de Paula.

Eu queria pedir ao coautor, Deputado Olair Francisco, que desse início às suas palavras.

Como eu estou dirigindo, V.Exa. poderá fazer a condução. Eu lembro a V.Exa. que nós temos um tempo, mas é claro que, dentro do espírito do conteúdo que V.Exa. vai abordar, não vou ficar limitando o tempo de V.Exa.

Também quero agradecer a presença do Deputado Rôney Nemer.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO — Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar a todos em nome do Presidente desta comissão geral, nosso amigo Deputado Chico Leite, e cumprimentar a todas em nome da nossa Secretária, também Deputada, Arlete Sampaio.

Sr. Presidente, esta sessão de hoje, transformada em comissão geral, vem, mais uma vez, trazer para esta Casa a responsabilidade que o Poder Legislativo tem com o Distrito Federal.

Quando nós começamos esse trabalho junto com a comunidade de Águas Claras pela remoção do albergue, que já tinha a concordância de mais de 20 mil assinaturas de moradores da cidade, começamos a perceber que, de fato, há questões da mais alta seriedade tocantes ao albergue naquele local. Primeiro, que é uma área grandiosa. Segundo, que é uma área que, no momento, não está adequada àquele local da cidade. E começamos a pesquisar, andar e ver a situação dos alberguistas não só de Águas Claras.

Ontem eu estive no Lixão, Secretária Arlete Sampaio, e lá há 1800 pessoas que trabalham em situação desumana, que eu também entendo que são alberguistas. Há várias situações de necessidade de albergue. Há aqueles que moram em situação de risco, e em vários lugares do Distrito Federal. E nós precisamos ter albergues também para dar sustentação a essas pessoas. Há pessoas que estão desempregadas, que também precisam do apoio da sua Secretária. Há pessoas que estão empregadas, têm um trabalho, mas não têm onde ficar. Então, há vários momentos, há várias situações.

E hoje a maior atenção desta comissão geral está relacionada a um albergue situado no Areal, dentro de Águas Claras. Naquela comunidade, se a senhora for perguntar a um por um, morador por morador, casa por casa, eles vão ter um ponto de interrogação sobre aquela situação. E nós entendemos que quando mais de 20 mil pessoas se organizam, vão para um debate, para uma discussão, é porque alguma coisa precisa ser melhorada. E aí nós convocamos todas as autoridades presentes para ajudar a encontrar uma solução que seja adequada para este momento. E a solução que aquela comunidade entende ser necessária é a remoção. Nós entendemos isso também, como uma solução para aquele local.

Ontem eu ouvi o Deputado Rôney Nemer dando uma entrevista por telefone. Eu sou meio curioso e ouvi S.Exa. falando: "Nós não somos contra o albergue. Com o desenvolvimento da cidade, o desenvolvimento geográfico, a força do pulmão que cresceu ali, no momento ele está no local errado, e precisa ser remanejado."

E fala-se: se remanejar para um local, vão acontecer as mesmas divergências. Taguatinga pode ter o seu albergue. Toda cidade do Distrito Federal deveria ter também o seu albergue, mas

dentro de um local correto. E mais importante ainda, minha cara Secretária: não adianta o albergue sem a sustentação, sem o trabalho do Estado, sem a nossa mão no gerenciamento. Não adianta dar um empurrão e não dar a força maior, que é a força do Governo. (Palmas.)

Minha cara Secretária, que conhece muito bem os problemas do povo mais humilde do Distrito Federal, nós entendemos que a senhora tem um coração de mãe, de família, de amor às pessoas. Entendemos que a senhora vai enfrentar essa dificuldade com clareza. E enfrentar a dificuldade com clareza não quer dizer que isso passa pela não remoção do albergue daquele lugar. Um dos pontos de que a comunidade não abre mão e de que o Deputado Olair também não abre mão é que o albergue mude de local. (Palmas.) Sem que isso venha trazer também prejuízo a terceiros que precisam daquele local. Nós precisamos encontrar uma solução moderada, mas essencial para a comunidade.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) — Deputado Olair, obrigado.

Neste momento, passo a palavra à Sra. Telma Rufino, que é presidente da comissão de remoção do albergue e falará em nome da comunidade.

SRA. TELMA RUFINO — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está presente aqui o pessoal do Areal, representantes de Arnieira, o pessoal de Águas Claras. Infelizmente não puderam comparecer todos devido ao horário de trabalho. Mas há comerciantes e várias pessoas que estão representando a comunidade.

O que nós queremos não é muita coisa. Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados e Sra. Secretária, o que nós queremos é só pedir para termos um pouco do viver em paz, com segurança, porque aquela área já existe há muito tempo, e eu sei que, se formos falar, o Governo vai dizer que não é possível resolver o problema em um mês, porque começamos agora, mas sabemos que isso já vem há um bom tempo.

Então, do que realmente estamos precisando lá? Nós estamos precisando de uma escola de 1º e 2º graus, de uma UPA, de uma creche comunitária. Sem contar dos incidentes que estão acontecendo lá. (Palmas.)

Com relação a isso, eu até pedi ao Deputado Chico Leite para deixar falar a comunidade que mora lá em frente e que foi quem realmente sofreu as reações daquelas pessoas. Não estamos discriminando ninguém nisso. O que queremos é colaborar um pouco com a comunidade que mora ali, porque só quem mora lá é que sabe o que passa. Eu gostaria de pedir ao Deputado Chico Leite que deixe a comunidade que está inscrita falar dos problemas que está vivendo ali. Sabemos que isso é um problema social. Há outros lugares para ir? Há, mas por que deixar ali? A cidade cresceu. Ela não é mais uma cidadezinha pequena. Hoje temos quase 135.000 habitantes em toda Areal, Águas Claras e Arnieira.

Então, Srs. Deputados, Sra. Secretária, é isto que estamos pedindo: compreensão de vocês para agilizar aquilo ali, porque, a cada dia que passa, acontecem coisas absurdas lá. Era isto que eu queria realmente pedir: a colaboração de todos vocês para remover o albergue.

O que o Deputado Olair Francisco falou aqui é a mais pura verdade!

Muito obrigada por vocês terem aberto as portas desta Casa para nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) — Senhoras e senhores, em verdade, a Sra. Telma conversou comigo sobre a participação de todos aqueles militantes da causa, daqueles que estão mais próximos, e eu observei a ela que nós temos, em realidade — e tive uma conversa com o Deputado Olair Francisco —, um rito a cumprir. Estamos tentando contemporizar esse rito, que não podemos desrespeitar, com a participação popular, que é fundamental para nós, e foi o que nos fez, ao Deputado Olair Francisco e a mim, provocar esta comissão geral com o acolhimento dos Colegas presentes. Não é, evidentemente, um debate apenas do Deputado Olair Francisco e nosso, mas um debate da Casa Legislativa como um todo.

Portanto, peço compreensão de todos, e aqueles que quiserem falar terão oportunidade efetiva de falar depois da sequência do rito, como adiantei, em nome da comissão, com o Deputado Olair Francisco e a Sra. Telma.

Concedo a palavra ao Administrador de Águas Claras, Sr.

José Júlio.

SR. JOSÉ JÚLIO – Boa-tarde, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite; Exmo. Sr. Deputado Olair Francisco; Exma. Sra. Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Arlete Sampaio; Sra. Presidente da Comissão de Remoção do Albergue, Telma Rufino; Sr. Delegado Chefe da 21ª Delegacia, José Carlos Medeiros; Sr. Tenente-Coronel, Comandante do 17º Batalhão da Polícia Militar, Robson Rodrigues; Sras. e Srs. Deputados presentes; moradores de Areal e Águas Claras.

Bem antes de ser Administrador de Águas Claras, eu venho acompanhando a questão do albergue do Areal, até porque, como morador de Águas Claras há 13 anos, tivemos a oportunidade de ver aquele setor crescer em suas qualidades e em seus problemas também, de infraestrutura, carência de saúde, carência de educação, carência de segurança, e o albergue realmente se transformou em um problema; não o albergue em si, mas, eu acredito, a forma como aquilo ali foi gerido. Como disse o Deputado Olair Francisco, qualquer cidade pode ter um albergue, mas de maneira que tenha uma gestão justa, que tenha um projeto social para aquelas pessoas que buscam o albergue, que buscam um centro parecido com o albergue, não precisa ser necessariamente um albergue.

Eu sei que, com a sensibilidade que o Governador Agnelo tem, que a Secretária Arlete tem, e que todo esse governo tem, nós encontraremos soluções, ou solução, para resolver o problema do albergue, não simplesmente transferindo o problema para outro local, ou para outros locais. Nós precisamos ter políticas sociais para as pessoas que procuram atendimento nesses centros, para as pessoas que estão jogadas nos lixões, como bem disse o Deputado Olair Francisco.

Eu acho que é muito saudável que a população, principalmente do Areal, se manifeste da maneira democrática como tem feito nesse início de governo, buscando este debate, esta discussão, através desta audiência, desta comissão; através do abaixo-assinado.

Eu acredito que esse debate não vai se encerrar, Sr. Presidente, Deputado Chico Leite, nesta audiência; eu acredito que nós vamos ter muitos debates, muitas discussões. E esse também não é o primeiro, porque, atendendo a um pedido da Administração Regional de Águas Claras, a Secretária Arlete, imediatamente, foi visitar o albergue do Areal para conhecer de perto os problemas. Como Secretária, ela gentilmente esteve no local e depois a Subsecretária também esteve lá debatendo.

Então, nós estamos acompanhando de perto. Embora seja um problema que a Administração Regional não vai resolver, pois não tem competência jurídica para isso, nós queremos acompanhar de perto — e iremos fazê-lo — e, na medida do possível e no que nos couber, vamos auxiliá-los nesse debate e na tomada de decisões para resolver essa questão.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado ao Administrador de Águas Claras, Sr. José Júlio.

Concedo a palavra ao Delegado Chefe da 21ª Delegacia de Polícia, Sr. José Carlos Medeiros Brito.

SR. JOSÉ CARLOS MEDEIROS BRITO – Boa-tarde a todos. Eu cumprimento a Mesa na pessoa do meu ex-professor Deputado Chico Leite e na pessoa da Deputada Rejane Pitanga, que foi minha professora de Química ainda nos anos de 1980.

Eu gostaria de dizer aos senhores que eu assumi a 21ª DP com muita honra, até porque eu sou morador da região. Então, eu tenho uma dupla obrigação, como policial e como morador de Taguatinga.

Com um mês e meio de trabalho, nós mudamos a metodologia de segurança pública na região e conseguimos uma redução de 32,2% nos índices de criminalidade. De um mês e meio para cá, nós fizemos 6 megaoperações na região, com uma redução drástica — 32,2% — no índice de criminalidade. Essa redução foi tão grande, que eu fui abordado por uma moradora que me retratou que, como nós baixamos tanto o índice de criminalidade, essa diminuição poderia até atrapalhar a retirada do albergue.

Eu queria dizer que a nossa função é esta: tentar dar uma melhor segurança para a comunidade. Em todo lugar em que existe uma grande incidência de pessoas — o albergue tem cerca de quinhentas pessoas, é volátil esse número, de quatrocentas a quinhentas, dependendo do dia —, há também um aumento no índice de criminalidade. Esse índice está relacionado ao tráfico de drogas, às

questões sociais, mas a Polícia Civil e a Polícia Militar têm atuado de forma enérgica e eficaz. Infelizmente, de janeiro até a presente data, houve na região 3 homicídios. Dois homicídios já foram solucionados e seus autores, presos. Anteontem, houve na área de Taguatinga um latrocínio, para o qual nós já demos solução — identificamos um dos autores e estamos na iminência de prendê-lo.

Então, a resposta, felizmente, está sendo imediata. Temos que aprimorar o grau de segurança? Temos, mas esse aprimoramento dar-se-á com a ajuda da comunidade. Esses 32,2% de redução da criminalidade na região se deram com a participação da comunidade.

Então, o albergue é um problema? É. O percentual do albergue é um problema.

O índice de criminalidade que não reside somente no albergue. Reside também naquela favela situada na periferia do Areal e de Arnequina — a Favelinha e que é a invasão do Carrefour —, onde há um círculo vicioso de tráfico de drogas. Quase todos os dias, temos efetuado prisões, feito monitoramento e conseguimos reduzir a um percentual razoável esse índice. Não é o suficiente. Não é o suficiente, mas nós estamos aprimorando.

Em síntese, era isso o que eu tinha para falar. Nós estamos trabalhando. A Polícia Civil e a Polícia Militar estão à disposição.

Para a colega que me abordou e reclamou com relação à redução, a ela eu só tenho a dizer que nós vamos tentar reduzir mais, mais e mais. E como morador da região e policial, eu tenho essa dupla obrigação.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Dr. Medeiros, muito obrigado. A glória e a honra de um professor é saber que um ex-aluno agora é seu professor.

Concedo a palavra ao Comandante do 17º Batalhão da Polícia Militar, Robson Rodrigues dos Santos.

SR. ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite; Exmo. Sr. Deputado Olair Francisco; Exma. Sra. Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal, Arlete Sampaio; Sr. Administrador de Águas Claras, Júlio de Oliveira; Sra. Presidente da Comissão de Remoção do Albergue, Telma Rufino; e meu amigo de guerra, Dr. Medeiros.

Realmente, o albergue, em termos de segurança, tem um papel significativo, principalmente no que se diz sobre o uso e posse de entorpecente. Em muitas das ocorrências, nós verificamos que aquelas pessoas que aparecem como usuários, uma boa parcela delas realmente vem do albergue. Contudo, como o Deputado Olair Francisco esclareceu muito bem, o grande problema do Areal não é somente o albergue, mas também a Favelinha, que se encontra no local e é, no papel de segurança pública, muito importante também na redução da criminalidade.

Tanto a 21ª DP como o 17º Batalhão vêm realizando operações sistemáticas e de grande porte para dar esse impacto na região. E, graças a Deus, com esse empenho da Inteligência da Polícia Civil e com o empenho do policiamento ostensivo, conseguimos o êxito da redução da criminalidade naquele setor.

Fica a questão, agora como cidadão, de cunho social. Como cidadão, eu também observo que a gente não pode virar as costas para aqueles que procuram o Governo pedindo ajuda. Agora eu estou falando não como policial, mas como cidadão.

Quando cheguei à Polícia Militar, o meu primeiro local de trabalho foi Taguatinga. E lá já existia o albergue quando eu cheguei. Eu cheguei menino à Polícia e lá já existia o albergue, e sempre houve essa dificuldade. Sempre houve a reclamação por parte da comunidade da existência dele ali no local. Eram diversos fatores. Eu já vi alguns administradores do albergue tentando transformá-lo em uma prisão. Eles pediam a presença da polícia para realizar operações sistemáticas, porque diziam que havia muita briga, que havia muita faca, que havia muita arma, que havia muita droga no local.

Então, eu, desde aspirante, lembro-me dessa problemática naquela região, e, em termos de segurança pública, eu não vou mentir: para mim, seria muito confortável a remoção do albergue daquele local. (Palmas.) Não só do albergue como também daquela Favelinha, sem dúvida seria. Mas fica a pergunta: e aí, e quem precisa? Eu vou fazer o que com eles?

É só isso mesmo que eu tenho a dizer. Muito obrigado por essa oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Bom, eu quero

agradecer ao Comandante.

Concedo a palavra à Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Deputada Arlete Sampaio.

SECRETÁRIA ARLETE SAMPAIO – Boa-tarde a todas, boa-tarde a todos. Cumprimento o Deputado Chico Leite e o Deputado Olair Francisco, que são autores do requerimento para que aconteça esta Comissão Geral. Quero cumprimentar todos os Deputados presentes: o Deputado Joe Valle, o Deputado Evandro Garla, a Deputada Rejane Pitanga, o Deputado Chico Vigilante – meu Líder, o Deputado Rôney Nemer, o Deputado Agacieli Maia, o Deputado Wellington Luiz, a Deputada Luzia de Paula e também o Deputado Wasny de Roura, que está ali de pé, mas que é o nosso Líder do Governo, e também o Deputado Prof. Israel Batista; cumprimento a todos. Quero cumprimentar a Sra. Telma, Presidente da comissão de remoção do albergue; o delegado Medeiros, o Cel. Robson e cada um dos moradores de Águas Claras que estão presentes nesta Comissão Geral.

Quero fazer este debate com muita tranquilidade e com muita racionalidade, tentando excluir da discussão todo viés de disputa político-partidária para que possamos chegar a algum lugar. E eu vou partir de dois referenciais básicos: o primeiro referencial é o do texto constitucional. A nossa Constituição de 88, a partir da mobilização e da luta do povo brasileiro, é a constituição mais avançada que o Brasil já teve. É evidente que precisamos avançar muito mais ainda. Mas é a Constituição que assegura direitos sociais e que define a assistência social como um dos tripés da seguridade social: assistência, saúde e previdência. Portanto, nós estamos colocando em prática a Política Nacional de Assistência Social no Brasil que foi aprovada em 2005. Nós temos a obrigação de zelar para que as pessoas mais pobres, as pessoas mais excluídas da sociedade sejam tratadas como gente, com seus direitos sociais assegurados. Nós temos a responsabilidade de entender que, ao tentar cumprir a Constituição Brasileira, nós temos que entender a mudança fundamental que ela teve nos paradigmas da assistência social no Brasil.

A assistência social até então eram políticas eventuais, em geral encaminhadas pelas primeiras-damas nas ocasiões de encontros, emergências, doação de cobertores, doação disso ou daquilo. A partir de 1993, com a Lei Orgânica de Assistência Social, muda-se isso. A assistência social passa a ser um direito da cidadania, passa a ser uma política pública que se constrói na perspectiva dos direitos sociais e tem que ter ações continuadas, permanentes, ininterruptas como diz a nossa LOAS. Esse é o primeiro referencial que eu gostaria que levássemos em conta nesse debate.

O segundo referencial que eu gostaria de levar em conta é que tentássemos fazer esse debate olhando não apenas para o nosso umbigo. Umbigo de Águas Claras, umbigo de Brasília. Por quê? Porque nós sabemos que vivemos uma situação em que a exclusão social é um fenômeno mundial. Nós sabemos que a violência urbana e o uso de substâncias psicoativas são um fenômeno mundial. Existem albergues em todas as cidades a que eu já fui em minha vida. Já visitei albergues em Nova York, conheço albergues em Paris, e em diversas outras capitais do Brasil existem albergues, porque existem pessoas pobres. Existem aqueles “sem”: sem-teto, sem-emprego, sem-família. Existem essas pessoas. E o Estado tem a responsabilidade de acolher essas pessoas.

Eu fico impressionada, muitas vezes, quando, depois de 50 dias à frente da SEDEST, alguns administradores, alguns gestores públicos telefonam para mim e falam “Olha, aqui tem um monte de gente no meio da rua. O que eu faço para retirar?” Eu falo: “Calma, não é assim, não.” A impressão que tenho é que, às vezes, as pessoas acham que a obrigação do governo que assumiu é, primeiro, cortar a grama, que estava extremamente alta em todos os lugares; segundo, limpar o lixo da cidade, que estava, também, em situação dramática; terceiro, tapar os buracos do asfalto e, quarto, limpar a cidade daquelas pessoas que incomodam a visão, sobretudo a da nossa classe média. Ora, nós rejeitamos qualquer perspectiva da chamada higienização, da chamada limpeza étnica da cidade. Nós queremos construir uma sociedade democrática, uma sociedade que garanta os direitos de cidadania. Esses dois referenciais são fundamentais para que comecemos a fazer o debate.

Eu fui Vice-Governadora do Distrito Federal de 1995 a 1998 e visitei o albergue inúmeras vezes. Trabalhamos, naquela ocasião, para que pudéssemos melhorar as instalações do albergue. E já naquele tempo era uma situação difícil, porque lidar com as pessoas

excluídas não é uma situação fácil. Contudo, naquele tempo, ali não havia construções, não havia cidade. Existia apenas uma ocupação irregular da Vila Areal, que, inclusive, foi regularizada no nosso Governo. Hoje, quando para lá voltamos, o que existe em torno do albergue é uma cidade, é a cidade de Águas Claras. Então, o albergue passou a fazer parte do centro, do miolo da cidade. E sabemos que há problemas, sim. No dia em que fui visitar o albergue com o Administrador de Águas Claras, Júlio, eu mesma fiquei impressionada, não com o albergue, mas com o entorno do albergue. Dentro do albergue havia a mais completa ordem, porque existem regras.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Escutem, por favor! Escutem o que vou dizer. Depois vocês reclamam. Está bem? Eu vou escutar as reclamações de vocês depois.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Deputada Arlete Sampaio, só um minutinho. Eu queria pedir que não houvesse manifestações que pudessem intervir sobre a posição daqueles agentes de política pública que estão se expressando. Todo mundo vai ter o seu tempo de se manifestar.

SECRETÁRIA ARLETE SAMPAIO – Eu sou uma pessoa democrática e tenho a maior paciência de ouvir, inclusive, as pessoas que têm divergências comigo. Não vejo problema nenhum. Eu vou escutar todos, mas eu queria que vocês me ouvissem com atenção, porque não acabei de falar ainda. Talvez eu vá dizer alguma coisa de que vocês gostem. Bem, então existem regras dentro do albergue.

Tenho, aqui, em minhas mãos, a Portaria nº 59, assinada pela Deputada Eliana Pedrosa, então Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, que define um conjunto de regras. Inclusive, quando eu assumi a Secretaria, tentei reconstruir essa Portaria, para que ficasse mais rigorosa ainda, e acho que ela é suficiente para garantir, dentro do albergue, regras determinadas, que assegurem que não haja distúrbios lá dentro. Todas as pessoas são revistadas, existe um detector de metais, há segurança, etc. Entretanto, o albergue não é um cárcere, é um albergue. Faz parte da política de assistência social, está tipificada na política de assistência social como uma área de acolhimento institucional.

Agora, nós sabemos — e é importante que todos vocês saibam — que 74% dos albergados são pessoas que estão em trânsito, em geral para tratamento de saúde no Distrito Federal; 24% são pessoas que estão em emergência social, ou que foram retiradas de ocupações irregulares e não têm para onde ir; e 2% são pessoas em situação de rua. A SEDEST, no ano passado, portanto no Governo anterior, fez uma pesquisa sobre população de rua e percebeu que 30% da população de rua são lavadores e guardadores de carro, 19% são mendicantes, 15,5% são catadores de materiais recicláveis, e 20,7%, trabalhadores informais. Quando verificamos o motivo de as pessoas estarem nas ruas, vemos que 26,4% das pessoas estão nas ruas por desemprego, 14,4% por desavenças familiares e 10,1% por alcoolismo e droga.

Então, não é bom, não é correto etiquetarmos todas as pessoas que moram nas ruas como sendo, em princípio, marginais, como sendo, em princípio, drogados, que podem afetar a nossa segurança. Existem seres humanos, pessoas que têm direitos, e o Estado tem obrigação de acolhê-los.

Eu estava lendo uma faixa ali que perguntava: “Quanto custa cada albergado ao Governo?” Eu devolvo a pergunta: quanto está custando para todos nós, que estamos vivos neste momento, neste planeta, a omissão histórica do Estado? Esta é uma pergunta sobre a qual temos de refletir.

Então, quero dizer a vocês, com muita tranquilidade, que a atual gestão da SEDEST entende que aquele albergue não atende a Política Nacional de Assistência Social, que defendemos. Ele foge da tipificação de serviço de acolhimento institucional. Não é mais admissível um albergue que tem capacidade para 600 pessoas e tem, em média, uma frequência diária de 450 pessoas. Todos sabem que há uma população rotativa. Não é fácil gerenciar um albergue nessas condições. Aqui não se trata de defender, de dizer “sim” ou “não” ao albergue, mas, sim, de defender as pessoas que estão lá dentro, que precisam da assistência do Estado. Esse é o nosso papel.

Evidentemente, acho muito curioso que, em menos de dois meses do Governo Agnelo — hoje eu estou há 50 dias na SEDEST —, já tenha havido uma audiência pública no Ministério Público e esteja havendo esta comissão geral aqui na Câmara Legislativa. Eu até

fico feliz, porque imagino que haja uma grande expectativa neste Governo de que sejamos capazes de resolver problemas pendentes de muitos anos, de governos anteriores. O albergue existe há vinte anos. Passaram-se vinte anos. Águas Claras já existe há algum tempo, e, portanto, esse problema de Águas Claras já existe há algum tempo. As providências para se resolver a situação do albergue ainda não foram tomadas. Quero dizer a vocês que vamos, sim, tomar as medidas necessárias para resolver o problema do albergue. Agora, Deputado Olair Francisco, resolver o problema do albergue não é simplesmente dizer que amanhã removeremos o albergue. Não é possível.

Quero que todos saibam que, embora não haja recursos orçamentários – é bom dizer que não foram disponibilizados no Orçamento deste ano recursos para a construção de albergues –, o Governador Agnelo já conseguiu recursos e irá autorizar a ordem de serviço para a instalação imediata de dois albergues. Nós vamos construí-los e, logo em seguida, vamos buscar recursos para a construção de mais dois albergues. Portanto, serão construídos quatro albergues. A partir deles, aí sim, poderemos resolver a situação do Albercon. A construção desses dois primeiros albergues já está equacionada do ponto de vista dos recursos financeiros necessários.

Obviamente, desejamos que aquele espaço físico que pertence à SEDEST não seja utilizado como objeto de especulação imobiliária. Ele será utilizado para serviços públicos. Quero antecipar a vocês que já estabeleci negociações com a Secretaria de Saúde para que, em parte daquele espaço, seja construído um CAPS e um centro para uma equipe do Saúde na Família. Também analisaremos, daí para frente, outras possibilidades. Pode ser uma UPA. Vamos discutir com o Secretário. Aquilo ali será usado para serviços públicos do Governo, inclusive para serviço de assistência social de outra natureza.

(Intervenção fora do microfone.)

SECRETÁRIA ARLETE SAMPAIO – O Governo irá discutir isso, gente. Não está definido nada ainda. Vocês estão dizendo uma coisa que ainda vai acontecer. Vocês já estão querendo decidir. Não é assim.

Então, eu digo a vocês o seguinte: a decisão nossa da SEDEST é de construirmos, o mais rápido possível, esses quatro albergues novos. Cada albergue terá uma especialidade, digamos assim. Vamos separar as coisas. O primeiro albergue será destinado para as pessoas que estão em trânsito em Brasília para tratamento de saúde. O segundo albergue será instituído para famílias em situação de risco. O terceiro albergue será instituído para as situações de emergência. E o quarto albergue será, sim, constituído para a população de rua, porque é preciso que cuidemos das pessoas que estão na rua. Senão o que acontece? Ao não cuidar das pessoas que estão na rua, o desespero do desemprego, o desespero das desavenças familiares e o sofrimento psíquico tornam essas pessoas alvos fáceis dos traficantes de drogas. Como bem disse o nosso delegado e o comandante, o problema daquela região não é só o albergue e, como eu disse, não é dentro do albergue especificamente. O problema é esse pequeno percentual de pessoas que entram e saem do albergue e que praticam delitos fora do albergue e ameaçam inclusive a segurança das pessoas. No dia em que eu fui lá, eu fiquei impressionada mesmo. Um rapaz bateu na porta do meu carro com a maior força e queria que eu abrisse o vidro. O motorista abriu o vidro, e eu disse ao rapaz: “Deixa-me entrar. Eu preciso entrar aqui.” Aí, ele falou assim: “O que é que é?” Eu falei: “Eu vou entrar. Dá licença.” Ele falou assim: “A senhora está sendo grossa comigo, minha tia.” Claro que isso me impressionou, como impressiona a vocês. É claro que a comunidade não quer ver isso. Quando passamos ali em volta, há sempre pessoas em torno do albergue esperando a hora de entrar para comer e são essas pessoas as que mais ameaçam a segurança das pessoas de Águas Claras.

Então, quais foram as providências que, até agora, nós da SEDEST tomamos? Depois que eu voltei da visita ao albergue, a primeira pessoa que eu procurei foi o Secretário de Segurança Pública. Ele foi a minha sala, e eu discuti com ele a necessidade de ter um policiamento ostensivo em torno do albergue, para inclusive garantir a segurança das pessoas que transitam naquela via. Eu pedi a ele – inclusive pedi ao Comandante Rosback – que providenciasse uma ronda permanente. Agora vou pedir até para mudar para ser um grupo da polícia montada, cuja presença é ainda mais ostensiva, para coibir justamente essa troca entre os traficantes e possíveis albergados.

Vocês terão que aguardar um tempinho para nós construirmos os albergues para fazermos a transferência de lá. Não há uma solução mágica. Esse Governo não pode, em dois meses, resolver pendências de muitos anos, mas a situação será, com certeza, resolvida dessa maneira que estou dizendo a vocês.

Por último, quero dizer o seguinte: nós constituímos uma equipe para coordenação do albergue muito competente. Não quero dizer que as equipes anteriores não o foram. Mas nós temos a maior confiança na equipe que está lá no sentido de prestar a melhor assistência possível às pessoas que estão lá dentro. Mas isso é insuficiente ainda. Precisamos ter mecanismos para perceber. A pessoa que está lá em função do desemprego, como nós podemos providenciar para que ela deixe de ser uma pessoa de rua, em situação de rua e volte a ser uma pessoa inserida no mercado de trabalho? Nós temos que fazer isso, porque o nosso objetivo é o desenvolvimento social, é a promoção social das pessoas e das famílias. Esse é o objetivo, é o sentido do nosso trabalho.

Para terminar, eu quero dizer, ao delegado e ao comandante, que a nossa equipe da SEDEST já iniciou um trabalho de identificação de todos os moradores da chamada favela do Carrefour, para que também tenhamos uma solução para aquelas pessoas. Que as pessoas que estão lá e que podem ser habilitadas para participar da política habitacional do Governo que sejam! Que as pessoas que estão lá, que já receberam lote e o venderam sejam retiradas de lá! Nós temos que acabar com a prática que existe no Distrito Federal de ocupar irregularmente, ganhar o lote, vender e voltar a ocupar para ganhar e vender de novo. Essa prática precisa acabar. (Palmas.)

Eu quero deixar claro que há algumas situações que são problemas da Segurança Pública mesmo. É ela é que tem que resolver. Se há traficante de drogas, ele tem de ser preso e, de preferência, deve-se descobrir quem foi que colocou a droga nas mãos dele, pois infelizmente em nosso País sempre pegamos os peixinhos pequenos e aquele que é o financista da droga sempre fica ileso.

A inteligência da polícia do Distrito Federal, a Segurança Pública já tem impedido, inclusive, que os traficantes que estão sendo desalojados, por exemplo, do Rio de Janeiro, venham para Brasília — ou os senhores pensam que eles não gostariam de vir para cá? Em um lugar que tem um poder aquisitivo elevado como tem o Distrito Federal, eles gostariam de se implantar, e a polícia tem impedido que isso aconteça. Temos que ser duros realmente com o tráfico de drogas, pois ele está sempre vinculado à violência. Sempre. É histórica essa questão.

Então, para tranquilizá-los, eu quero dizer que a SEDEST está atenta a isso. A SEDEST vai trabalhar em conjunto com a Segurança Pública para garantir a segurança do entorno do albergue, vamos iniciar o mais rápido possível — eu não sei o dia em que o Sr. Governador irá assinar a ordem de serviço, mas sei que será em breve — a construção de dois albergues, vamos buscar recursos para construir outros dois albergues e, assim, conseguir fazer a transferências dos albergados para outros lugares e resolver a situação do Albergue Conviver - Albercon, naquela região, fazendo com que aquele espaço público possa ser utilizado para outros serviços públicos.

Essa é a mensagem que trago para todos vocês. Eu quero dizer que queremos dialogar permanentemente com a comissão. Não temos a associação como nosso adversário. Pelo contrário, nós queremos trabalhar em conjunto, mas queremos que vocês entendam as dificuldades que temos em ter uma solução mágica. Nós não temos varinha de condão. Nós temos propostas, compromissos. Vamos trabalhar arduamente para que esses compromissos sejam assegurados e cumpridos.

Era isso o que eu gostaria de dizer. Eu me coloco à disposição, por mais algum tempo, para responder as perguntas. Eu tenho certo limite, pois posso ficar aqui até as 18 horas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Agradecemos a Deputada Arlete Sampaio, Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda.

Há 5 inscritos para fazer uso da palavra, e o Regimento Interno manda que devemos dar preferência, na comissão geral, às Sras. e aos Srs. Parlamentares. Como há mais de um Parlamentar que deseja falar, vou usar a ordem alfabética como paradigma, para ser objetivo. O Deputado Rôney Nemer, brincando, reclamou. Deputado Wasny de Rouse, eu preciso utilizá-la, pois ela é o único parâmetro.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – De trás para frente, talvez seja o oriental. O ocidental é de frente para trás. Eu não tenho outra saída, mas acredito que muitos não vão querer se pronunciar.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Todas as inscrições foram feitas praticamente ao mesmo tempo. Com exceção de dois colegas que chegaram depois — coincidentemente, uma colega e um colega —, todos os outros estavam aqui no primeiro momento. Então, para não cometer injustiças, peço a compreensão das colegas e dos colegas. Vou utilizar o paradigma da ordem alfabética. Acredito que, se todos forem rápidos e objetivos, todos terão oportunidade de falar e todos estarão aqui para ouvir.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, foram raras as vezes em que eu levei vantagem em alguma coisa por meu nome começar com a letra A. Geralmente, na escola, se eu chegasse um pouco atrasado, eu levava falta. Aqui também sou o primeiro a ser chamado. Às vezes, estou na sala do cafezinho e por isso tenho de justificar a minha ausência depois. Então, Sr. Presidente, Deputado Chico Leite, eu agradeço a V.Exa. e acredito que a ordem alfabética é um critério justo.

Inicialmente, eu quero parabenizar o Deputado Olair Francisco, um Deputado jovem de Casa, mas que tem uma atuação muito brilhante aqui, com dedicação. Impressiona-me muito a maneira como o Deputado Olair Francisco, mesmo com pouco tempo de Casa, consegue fazer o seu trabalho, talvez pela experiência empresarial.

Ele foi um homem humilde, começou como vendedor de sapatos e hoje é um grande empresário de Brasília. Isso não deveria nos surpreender, mas S.Exa. tem surpreendido esta Casa com a dedicação, com a competência e com o brilhantismo com que tem desenvolvido o seu trabalho.

Acredito que esse tema é da maior relevância, e a presença da nossa Secretária Deputada Arlete Sampaio mostra isso. Temos aqui duas pessoas que entendem bem dessa área: a Deputada Eliana Pedrosa, que fez um brilhante trabalho no governo anterior, e a Secretária Arlete Sampaio, que agora irá continuar esse trabalho.

Brasília tem problemas sérios, problemas estruturais na área social. Muitos deles, com os quais hoje defrontamos, são problemas estruturais. Eu tive oportunidade e tenho batido muito nessa tecla. Cheguei a conversar com o Governador Agnelo Queiroz na campanha. Apresentei uma indicação.

É necessário colocar os alunos das escolas públicas como menores aprendizes. Nós temos, nas escolas públicas, 87.900 alunos, que ficam em um período na escola e no outro ficam na rua, sendo vitrine para a marginalidade e para as drogas. Talvez, muitos desses que ficam arrodando, ou em órbita do albergue, ou mesmo morando lá não tiveram a oportunidade.

É assim no mundo todo. O sistema educacional nos países desenvolvidos não tem segredos. Não é nem uma ideia nova. Estou sempre repetindo: a criança deve ficar em horário integral. Quando começar a ir à escola, os pais a deixam na escola e, ao voltar do trabalho, passam para pegá-la. Quando completar 14 anos, é obrigatório que comece uma formação profissional, ou seja, estudar em um turno e no outro aprender uma profissão. Isso mantém essa pessoa ocupada.

Existe uma remuneração para o menor aprendiz. Essa remuneração permite que ele se sustente e também tem um indicador social porque ajuda na própria renda familiar, elimina o problema de segurança, elimina muito dos males dos quais nós hoje padecemos aqui em Brasília. Não é caro! Se nós pegarmos 90.000 alunos, principalmente das escolas públicas, e estabelecermos uma remuneração, seja de 80% de um salário mínimo, seja de coisa assim, não é caro. Podemos fazer parcerias com vários órgãos, inclusive com as concessionárias de automóvel para ensiná-los a ser mecânico, pintor. O importante é não deixar essa juventude que nós temos hoje estudar em um horário, e no outro estar na rua.

Nós sabemos que o poder da comunicação influencia demais. Nós assistimos programas, como Malhação, em que todo mundo tem camisa bonita, tem tênis bonito. Um menino desses da periferia, com idade entre 14 e 18 anos – idade em que se tem mais energia, em que está aflorando a vaidade, época em que se começa a namorar –, vê na televisão um tênis bonito, vê o pessoal da televisão com roupa

bonita, procura um trabalho e não encontra. Vai ao pai e à mãe e lhes pede: “Mãe, compra um tênis bonito igual ao da televisão?” Mas eles mal ganham para pagar o aluguel, fazer a feira. Então, o garoto, estimulado por marginais ou traficantes, começa a roubar. Rouba uma farmácia, rouba um tênis, e acaba no sistema penitenciário.

Nós temos vários especialistas, mas se diz que um preso em Brasília custa mais de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por mês – o Deputado Wellington está dizendo que são R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais). Será que não é mais inteligente gastarmos R\$ 400,00 (quatrocentos reais) ou R\$ 500,00 (quinhentos reais) com o garoto, para evitar que ele vá futuramente para a penitenciária?

Eu acho que o problema dos albergues, Secretária, nós temos modelos de albergues. O albergue não pode ser encravado dentro da cidade, mesmo porque fica muito mais fácil para essas pessoas que utilizam o albergue para várias finalidades, como o tráfico. Assim, frustra-se o poder de recuperação e o objetivo do albergue. Na realidade, se o albergue fica mais para a área rural, facilita a vida do Governo, facilita a segurança. Eu acredito que o Governador Agnelo tem a oportunidade de fazer essa correção, principalmente porque S.Exa. tem essa experiência, tem vivido isso. Nós sabemos que existem muitas áreas rurais, chácaras em que se pode instalar o albergue do Areal, para onde esse albergue pode ser removido.

Aspectos orçamentários existem. V.Exa. diz que não há previsão no Orçamento, mas existem mecanismos de se inserir essa previsão, como créditos adicionais. Eu quero dizer a V.Exa. e à Casa que nós, membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, estamos ao inteiro dispor. Teremos a maior satisfação em aprovar qualquer iniciativa do Poder Executivo nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Eu queria agradecer ao Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

O Deputado Chico Vigilante estava presente. Não sei se S.Exa. fará uso da palavra. Eu estou seguindo literalmente a ordem alfabética do nome dos Parlamentares presentes.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Meu boa-tarde a todos. Eu quero cumprimentar especialmente os meus colegas Deputados que tiveram essa iniciativa, o Deputado Chico Leite, o Deputado Olair Francisco. Parabéns pela iniciativa.

Eu fui Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e, desde meu primeiro dia nesse cargo, a comunidade do Areal – não é, Telma? – sempre solicitou ao Governo que se sensibilizasse quanto à mudança de local do albergue. Foi feita toda uma construção.

Quero parabenizar a Deputada Arlete Sampaio, até porque S.Exa. tem sensibilidade, foi Vice-Governadora, depois esteve à frente das políticas sociais no Ministério de Desenvolvimento Social. Então, a Deputada Arlete Sampaio, em sua fala, fez a marcação muito importante de que todas aquelas pessoas são gente como nós e merecem o nosso respeito. E, muito mais ainda, merecem justiça social. Nós ainda temos acesso à educação, temos as nossas casas, temos os nossos vínculos familiares, e aquelas pessoas que lá estão não realmente as que mais necessitam do Estado e da sociedade. Não só o Estado tem obrigação de assisti-las, a sociedade também tem.

Portanto, eu quero parabenizá-la, Deputada Arlete Sampaio, pela fala de V.Exa. É importante entendermos todas as mudanças que têm de acontecer, sem perdermos a dimensão do humano existente no albergue, das pessoas que lá vivem, que são gente como nós, que merecem a nossa sensibilidade, que merecem a nossa ajuda, que merecem que os vejamos como cidadãos que precisam de alguém que lhes estenda a mão, a fim de darem um passo a mais na vida, progredindo socialmente. Eu acho que esse é o ponto fundamental de partida desta discussão.

É certo que o albergue, com o crescimento das cidades e principalmente do Areal, que está em uma região extremamente rica, é de grande valor imobiliário, é muito visado. Chamo a atenção do novo Governo para as pressões que nós sofremos em relação aos albergues, muitas delas vindas do ramo imobiliário em virtude do valor daquela localidade. Portanto, precisamos estar atentos a isso.

A proposta da Secretaria de Desenvolvimento Social à época, como era uma área muito grande, era a de que ali pudesse ser instalado um restaurante comunitário, um centro de referência

de assistência social e uma escola de segundo grau. Foi essa a proposta apresentada e desenvolvida durante o governo. Como o espaço era muito grande, poderia ser atendida a demanda de alunos que existem naquela localidade. Haveria um centro de referência de assistência social para que o atendimento ficasse mais próximo ainda da comunidade, dentro da proposta de aproximar o serviço das comunidades. Um restaurante comunitário também era um grande anseio da população do Areal.

Foi desenvolvido um projeto com quatro unidades menores, inclusive foi feita a licitação. Iniciou-se a obra de pelo menos duas dessas unidades. Mas por falta de uma discussão política mais intensa — é por isso que eu louvo os Deputados Chico Leite e Olair Francisco —, esse projeto parou, não houve o seu prosseguimento. Os representantes políticos de cada cidade, mesmo sendo propostas unidades menores e não tão próximas dos adensamentos urbanos, encabeçavam protestos e não deixavam avançar a ideia da retirada dos albergues. Não temos como retirá-los se não construirmos uma alternativa.

Eu fico muito feliz de ver que a nossa Secretária Arlete Sampaio tem a mesma visão que nós tínhamos, pois temos públicos diferentes. Precisamos construir um albergue menor para recepcionar as pessoas que estão em trânsito. Muitos palestinos passaram pelo nosso albergue. Muitos africanos, de diversos países da África, que vieram fugindo daquelas atrocidades das guerras civis dos seus países, se abrigaram em nossos albergues. Portanto, nós temos esse tipo de população. Uma das unidades atenderia essas pessoas em trânsito, de outros locais. Muitas pessoas de baixa renda vêm de várias partes do Brasil e se hospedam em nossos albergues para regularizarem suas aposentadorias no INSS. Há pessoas de bem que ficam hospedadas lá 1, 2, 3 dias, mas são pessoas de bem.

A outra unidade seria para pessoas que estão em áreas de risco. Em determinado momento, o Governo, com muita celeridade, pode precisar retirar as pessoas dessas áreas até que seja encontrada uma solução. Lá ficaram várias comunidades — da Ceilândia, de Samambaia, de Sobradinho, lá da Fercal — enquanto o Governo preparava o assentamento, como foi o da Expansão de Samambaia. Temos pessoas que perdem os empregos, que são despejadas e precisam ficar lá, e temos também aquelas pessoas que são fugitivas da lei, são marginais e, não tendo, às vezes, outra pousada, vão para lá. Por isso, foi pedida uma ação integrada com a polícia. É preciso que haja uma ação integrada com a polícia, uma triagem, feita junto com a polícia, para vermos se quem está adentrando são pessoas que têm de cumprir alguma pena.

Fiz questão de fazer esse registro para deixar a contribuição, Secretária Arlete, de que já existe projeto licitado, com obras já iniciadas, com essa proposta referente a menores e segmentando esses diversos públicos que hoje fazem uso do nosso albergue. Acho que, com isso, conseguimos atender a toda essa população que precisa desse serviço e passamos a atender também essa reivindicação da comunidade, alertando que a pressão das construtoras para aquela área e também a área do Abrigue-me é muito forte. É muito forte a pressão das construtoras para que essas áreas não continuem com uma destinação de equipamento público, mas que tenham uma destinação para prédios de apartamentos individuais.

Era o que eu gostaria de pontuar. Acho que o Governo está no caminho certo, com essa proposta de imediatamente reiniciar a construção de duas unidades. Como disse o Deputado Agacieli Maia, também sou da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e ficarei muito feliz em poder encontrar uma solução orçamentária para a construção dessas unidades menores do albergue. Realmente, fico muito feliz em saber que a Polícia Civil e a Polícia Militar estão trabalhando, em parceria com a Sedest, para que os nossos abrigos possam oferecer segurança não apenas à população lindeira, mas, principalmente, à população que não tem outra alternativa na vida e está dentro dos albergues.

A respeito da favela do Carrefour, Secretária Arlete, se eu também puder falar alguma coisa, todos que estavam lá até 2009 foram transferidos para a Expansão de Samambaia, todos ganharam terreno lá. Inclusive, essa comunidade surgiu apoiada pela Caixa Econômica Federal, dentro de um trabalho de responsabilidade social da Caixa. Eles tiveram apoio, a Secretaria fez o cadastramento e todos que quisessem receberam um terreno na Expansão de Samambaia.

Depois, é óbvio, outras pessoas viram que eles tiveram

sucesso e devem ter ido para lá. Muitos venderam as suas propriedades e voltaram para lá. É uma outra coisa com a qual devemos nos preocupar, porque a Secretaria de Desenvolvimento Social faz um esforço muito grande para cadastrar, orientar e fazer a promoção dessas famílias, inclusive com a possibilidade de ter um lar, uma propriedade, e depois, pessoas que são profissionais em ocupação de terras se utilizam dessas pessoas, que têm pouca informação, para fazer uma ocupação e ganhar lotes. Enquanto cada um ganha um lote, essas pessoas terminam tendo essa vantagem, às vezes, de levar 5, 10 lotes, pois já são profissionais nessa área.

Então, fica aqui a minha contribuição. Meus parabéns para V.Exa., Secretária Arlete, que tem conhecimento e competência. Tenho certeza de que V.Exa. estará no rumo certo e atenderá não apenas à população do Areal, mas, principalmente, aquela população que não tem mais nada, apenas a pequena e parca ajuda do Estado.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Olair Francisco.)

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) — Dando continuidade, concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA — Muito boa-tarde às senhoras e aos senhores.

Boa-tarde, Sr. Presidente Chico Leite, a quem cumprimento por meio do Deputado Olair Francisco. Parabeno-o por esta comissão geral e por esse debate tão importante. Cumprimento a Deputada Arlete Sampaio e o Dr. Júlio. Cumprimento também o Delegado Dr. Medeiros; o Tenente-Coronel Robson — prazer em conhecê-los —; a Sra. Telma Rufino, a quem parabeno pela votação expressiva que teve na última eleição; a galeria e a imprensa.

Esse assunto é de extrema importância, e parabeno todos os presentes. Infelizmente, nem todos os Parlamentares puderam estar presentes, em virtude do encontro da Unale. Serão dois dias de reunião e, infelizmente, esse evento não pôde ser realizado em outra data, porque já havia sido marcado anteriormente. Não faltará oportunidade para haver outros debates como esse.

A Deputada Arlete Sampaio leu a Portaria nº 59. Eu gostaria de frisar alguns itens. O art. 3º, inciso I, dessa portaria diz que a competência do Albergue Conviver é “abrigar, temporariamente, indivíduos e famílias em situações emergenciais de calamidade pública, migrantes, famílias, seus membros e indivíduos provenientes de operações integradas de remoção e população em situação de rua, oferecendo proteção e acolhida”. O inciso II diz: “promover atividades culturais, esportivas e de lazer, de maneira planejada e sistemática, adequadas às condições físicas de cada albergado, visando a sua integração social”.

Trago esse assunto à baila porque, seja no Areal ou onde for, essas atividades deverão ser, sim, realizadas. Então, somos de acordo com a remoção do Albergue do Areal? Sim. Porém, aonde quer que ele vá, seja no Recanto das Emas, em Samambaia — citei esses dois exemplos, mas não sei para onde irá ainda —, essa política pública deve ser realizada, sim. O que a Câmara Legislativa não pode aceitar é que esse equipamento público seja transformado em algo para as construtoras. Isso, não podemos aceitar.

Sabemos hoje que grande parte da população do Areal não é da classe média, mas da classe baixa. E dentro desse equipamento público, desse espaço público, podem ser construídas, sim, creches, quadras. São justamente as mães dessas crianças que vão trabalhar em Águas Claras, nos prédios de luxo. Então, é necessário que esse equipamento público continue. Porém, não podemos esquecer que essas pessoas que estão hoje no albergue não estão lá porque querem. Para se ter uma ideia, só sabe o que há no albergue quem um dia já passou por lá.

Eu, quando criança, por infelicidade da vida, e meus pais fomos despejados da nossa casa. Você só sabe o que é essa dor quando você passa por ela. Quando você nunca passou por essa dor de ficar sem um teto, é muito fácil vir aqui e falar “não concordo, não quero, não posso”. Isso é muito fácil! Mas não é isso de que estamos falando. Estamos tratando de pessoas que tiveram, por infelicidade da vida, problemas financeiros e não podem sair de lá. O que precisamos fazer é buscar políticas públicas para ajudar essas pessoas. Agora, vir aqui e não concordar com essas ações simplesmente por não estar de acordo com que essas pessoas estejam onde estão, aí, não.

Vamos trabalhar, como disse a Deputada Eliana Pedrosa, como disse a Deputada Arlete Sampaio. São pessoas, são seres humanos que infelizmente passaram ou estão passando por um

problema na sua vida. Então, concordamos, sim, com a mudança do albergue, mas, seja para onde for, tem que ter, sim, política pública. No atual local hoje onde está, a Câmara Legislativa vai combater seja quem for que venha querer fazer daquilo lá especulação imobiliária.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Quero lembrar que foi chamado o Deputado Chico Vigilante, que na ordem está à nossa frente.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Boa-tarde a todas e a todos.

Eu estava ouvindo os debates, Deputada Arlete Sampaio, e estava me recordando da luta que foi para manter as famílias de pessoas mais pobres no Areal, quando a orientação e a determinação do Governo de então era transferir todos para Samambaia. Nós estávamos lá, eu, V.Exa., éramos dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Estávamos na linha de frente para que aquelas pessoas permanecessem ali. Chamavam de Areal porque realmente era um areal. Não tinha água potável, não tinha luz, tinha uma vereda, não tinha a Católica perto ainda, não tinha nada. O povo estava lá.

Lembro-me das reuniões que fazíamos à noite iluminados pela lua, uma lua muito bonita por sinal, que recordava o interior deste País. Foram aquelas pessoas mais humildes, que resistiram ali, e alguns ainda estão, que fizeram com que a especulação imobiliária não tomasse conta. A política à época era essa, a de colocar as pessoas mais pobres cada vez mais longe. Foi assim que foi feito com o Paranoá também. Nós estávamos lá na defesa.

O ideal era que não existissem albergues. O ideal era que todo mundo tivesse um lugar para morar, todo mundo pudesse se deslocar de uma região para outra sem precisar da ajuda do Estado, todo mundo tivesse o que comer, o que vestir, onde dormir: essa é a sociedade ideal. Infelizmente não chegamos a ela ainda.

Sei do trabalho e da seriedade com que a Secretária Arlete está tocando essa questão. E sei da necessidade também, porque ninguém pode se contentar com um depósito de seres humanos, porque aquilo não é abrigo, é depósito. (Palmas.) Ninguém se contenta com aquilo.

Portanto, a questão da descentralização, de tirarmos aquilo dali e dar dignidade às pessoas que ainda vão precisar, é uma questão humanitária, é uma questão de política séria de governo. E essa política o nosso Governo tem e terá. Sei que vamos enfrentar outros debates — é bom que o Deputado Dr. Michel está chegando aqui, Deputada Arlete Sampaio. Na hora da descentralização, em cada cidade em que formos debater onde colocar o albergue descentralizado, vai haver reação da comunidade. E vamos ter de discutir democraticamente, mas temos de encontrar os locais adequados porque essas pessoas não têm como ficar no espaço. Vai colocar numa espaçonave? Não tem jeito. Vamos ter de encontrar o local para colocar esses albergues descentralizados com uma política pública real no sentido do atendimento, que é fundamental.

Eu já fui ali algumas vezes e fico olhando. Ser humano nenhum merece uma degradação daquela. Não merece. Não pode, não dá para continuar daquele jeito. E tem algumas pessoas ali, minha companheira Arlete Sampaio, que viraram — infelizmente, essa é outra medida que o Estado vai ter que tomar — profissionais do albergue. Esse é um debate sério a ser feito. Tem gente que está há mais de 1, 2, 3 anos morando lá, anos a fio. Para eles, já virou moradia. E não pode ser assim.

O albergue tem que ser uma casa de passagem, onde as pessoas são atendidas e se encontra um local para irem efetivamente. Nós estamos dispostos a fazer esse debate com seriedade e creio que vocês que são moradores de lá — no Maranhão, a gente diz que quem calça o sapato é quem sabe onde ele aperta — estão dispostos a fazer isso com seriedade. Sem o uso, conforme disse a Secretária Arlete Sampaio... Isso não é uma questão de partido, não é do vermelho, do azul, do amarelo nem do verde. Essa é uma questão humanitária e nós realmente estamos dispostos a fazer esse debate. E, sem dúvida, contando com a participação e com o apoio de vocês que são a sociedade organizada e estão lá sofrendo isso. Esta Casa há de ajudar vocês na resolução desse problema.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Leite.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito agradecido, Deputado Chico Vigilante, nosso Líder do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Boa-tarde a todo o público presente, moradores de Águas Claras, do Areal. Eu queria dizer que nossa Deputada e Secretária Arlete Sampaio me dá muita segurança na condução da política social do Distrito Federal e, tenho certeza, S.Exa., com toda a sua experiência e seriedade nos trará, nesses 4 anos, tudo aquilo que sempre sonhamos e lutamos que o nosso Governo pudesse fazer. Mas entendendo que o importante é a ação, e não poderia deixar de ser diferente, já que teve a colocação de que a movimentação acontecerá.

O nosso Governador, com sua sensibilidade, mesmo sem orçamento, está buscando, já buscou o orçamento, para haver o primeiro momento da descentralização. É uma realidade, a nossa Secretária já anunciou. Porque eu tenho certeza absoluta que esse problema é de muito tempo, e está acontecendo. Mesmo com 50 dias e com as dificuldades da transição, essa solução já aconteceu.

Mas tudo está acontecendo agora lá no albergue. Então, eu gostaria de fazer algumas sugestões para que pudéssemos trabalhar. Primeiro, é que com aquele público que está lá, mesmo um público que está passando por lá ou aqueles que já ficaram, pudéssemos começar um trabalho, um exercício com aquelas pessoas na questão do treinamento de qualificação profissional. Porque nós vamos tirar a forma de as pessoas ficarem desocupadas: cursos de artesanato, uma série de atividades que são inerentes ao trabalho da nossa Deputada e Secretária e que podem ser feitos a partir de agora.

Outra coisa é o reforço no policiamento. Eu acho que se pode fazer, a Polícia Civil junto com a Polícia Militar, um trabalho de planejamento de segurança neste intervalo em que acontecerá a retirada e a transferência das pessoas do albergue de Águas Claras. Porque isso vai acontecer com o tempo. Então, neste intervalo, tenho certeza de que o nosso Governo, as pessoas que estão ligadas à Segurança vão poder fazer, já que é pontual. O Coronel conhece bem a região, colocou que desde aspirante tem feito seu trabalho no local. De aspirante, tenente, capitão, major, coronel. Então, a experiência já é muito grande. Tenho certeza de que o senhor conhece de cor e salteado o que dá para fazer. E agora, trabalhando junto com a Secretaria, e com essa forma de trabalhar, que é a de resolver as coisas, nós podemos iniciar um trabalho muito maior de reforço de policiamento.

Acho que dá para fazer uma articulação, por exemplo, com a Associação de Odontologia, com a ABO Taguatinga, para que possa levar dentistas para fazer um trabalho com os albergados, porque eles trabalham dessa forma, a gente já conhece o trabalho deles. Isso levará a uma forma de execução, a uma presença de Estado, mesmo sendo da sociedade civil organizada, mas a organização é do Estado, para dentro do albergue tratando dos casos emergenciais. Então, é mais um serviço.

Outra coisa, que é com a população, com a sociedade civil organizada: é fazer, já para os próximos 30 dias, uma reunião da comunidade com essas forças que estão aqui, a Mesa, para fazer o acompanhamento e um plano do que será feito, com o cronograma de realização, para que não fiquemos, mais uma vez... Quero colocar o meu nome se preciso for, Secretária. Conte com o meu trabalho, inclusive estar junto, presente e colocando a nossa rede de relacionamento para que possamos trabalhar — uma horta eu garanto que montaremos lá.

Então, esse trabalho de já sair daqui com um cronograma, com uma reunião marcada com essas mesmas pessoas, para daqui a 30 dias irmos lá, acompanhar todo o cronograma, é de fundamental importância. E aí, é partir para a prática, porque todos nós sabemos, Deputado Olair Francisco, Deputado Chico Vigilante, a importância de muitas vezes estarmos lá perto, próximos, e tudo acontecendo. Há uma tendência para que nós pensemos que, na hora em que não estamos vendo o processo e o problema, ele acaba para nós, porque está fora do nosso campo de visão. É meio que pegar o lixo e jogar fora. Joga o lixo fora, mas fora de onde? Não tem como jogar fora, não tem como nos livrarmos dessa questão social tão dura, porque também é parte da nossa culpa, do nosso nível de consumo, da forma como a população vive hoje na nossa cidade, no nosso Brasil e no nosso planeta.

Então, eu fiz 4 sugestões e estou à disposição para que possamos trabalhar. Mas são apenas 50 dias e já tem ação

acontecendo. Eu quero parabenizar a nossa Secretária, que eu sei da sua capacidade, da sua sensibilidade. E não tenho a menor dúvida, Arlete, de que você fará um brilhante trabalho à frente dessa Secretaria, e de que esta comunidade, que hoje está aqui, surpreender-se-á com o seu trabalho em relação aos albergados e à construção dos albergues no Distrito Federal. Você tem todo o nosso apoio aqui.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Estão inscritos para usarem a palavra a Deputada Rejane Pitanga e o Deputado Rôney Nemer, que neste momento não se encontram no plenário. Dessa forma, chamarei para fazer uso da palavra as pessoas da comunidade que se inscreveram.

Neste momento, concedo a palavra ao Líder Comunitário do Areal, Sr. Luiz Claudio.

SR. LUIZ CLAUDIO – Primeiramente, eu gostaria de dar uma boa tarde ao Exmo. Deputado Olair Francisco, que foi um dos primeiros deputados que nos deu o braço e hoje está ocorrendo isto. E ao nobre Deputado Chico Leite, muito obrigado. Obrigado à companheira Telma Rufino, que tem nos ajudado. As minhas palavras aqui serão iguais à minissaia: curta, provocante e falando a verdade.

Nobre Deputada Arlete, eu fiquei um pouco chateado quando a senhora diz que de repente estaríamos levando as coisas para o lado político. Sou o tal do Neguinho Roriz, conhecido, mas eu apoiei o Governo Agnelo. E seríamos injustos em estarmos cobrando de um governo que está há 50 dias no Palácio do Buriti, que pegou a cidade... Na posse da Presidente da República, eu pensei que ela fosse assumir a Presidência em um carro de grama, devido ao tanto de capim que tinha. Então, é injusto, não estamos cobrando!

Agora, quero deixar claro que concordo plenamente quando V.Exa. diz que lá realmente tem um detector de metais. Realmente tem, mas o albergado pula o muro e arranca a cabeça do outro debaixo do comércio. (Palmas.)

Outra coisa: sou devoto de Nossa Senhora, como muitos amigos – há os evangélicos e há os católicos. Amai-vos uns aos outros, nós não somos preconceituosos! Neste momento eu me lembro de Martin Luther King: “Eu tenho um sonho”. O sonho do meu sobrinho, de 7 anos, é poder andar sossegado pelas ruas de Águas Claras. Eu tenho um sonho, Deputado Chico Vigilante, de ver a filha da minha vizinha sair e não ter sido estuprada, como aconteceu em janeiro – e o delegado, que muito tem trabalhado, foi um dos homens que chegou lá “pondo quente” no Areal e prendeu esse estuprador. Eu tenho o sonho de poder andar sossegado e não ser assaltado!

Os imóveis lá desvalorizaram. E discordo quando dizem que tem especulação imobiliária, porque aqui, nobres Deputados, não tem nenhum corretor de imóveis, aqui estão famílias honradas e pessoas honradas.

Lá na praça, em que o diretor disse que é uma praça para o povo procurar emprego, tem uma cracolândia, gente! Agora me diz: quantos albergados têm morrido lá? E quando você olha no bolso do albergado, tem R\$ 200,00 (duzentos reais). Mas não são R\$ 200,00 (duzentos reais) dessa magnífica Bolsa Escola, ou do Renda Minha, do ex-Presidente Lula, no qual tive o orgulho de ter votado. Tem sabe o quê? Dinheiro. Dinheiro do tráfico de drogas! Dinheiro sabe de quê, minha gente? Do diabo em forma de pedra, que é o crack! Porque o crack, como o satanás, está aqui para destruir as famílias, porque é o que tem acontecido no Areal. Uma cracolândia na porta do albergue. Entrem no site do CorreioWeb, porque eles estiveram no prédio da companheira Cláudia e filmaram tudo: eles consumindo crack na porta do albergue, e aí eu também não concordo que são só 5%!

Então, Deputados, por favor, Deputado Olair Francisco, que é o padrinho da causa, por favor: eu prefiro a emenda. Solicito, companheiro Agaciel, companheiro Chico, sei que cada Deputado tem direito a uma emenda. Então, o povo do Areal não quer asfalto, mesmo porque o Areal está abandonado. Agora peço, Júlio, você que é o administrador, pelo amor de Deus, porque quem tem socorrido o Areal é Taguatinga.

O mato lá no fundo da QS 7 está sendo um local onde um albergado pode se esconder para assaltar e estuprar. Não somos preconceituosos, o que nós queremos é uma escola, saúde para o povo. E o Governador pode contar com o meu apoio, Deputado! Não falo com rancor, porque sou um cristão, sou devoto de Nossa Senhora e estamos aqui para ajudar. Somos parceiros, companheiros, por uma Brasília melhor.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado, Luiz Cláudio.

Quero pedir as minhas escusas. Conversávamos no início desta audiência, o Deputado Olair Francisco e eu, como não havia observação inaugural, não houve preparo técnico para a apresentação do trabalho do Sr. Luiz Claudio. De maneira que, mais uma vez, peço as minhas escusas porque não tivemos estrutura suficiente para oferecer a possibilidade da demonstração, mas fica registrada a clareza e todos acreditam no que V.Sa. pronunciou.

Concedo a palavra ao empresário Paulo Sérgio Moraes.

SR. PAULO SÉRGIO MORAES – Boa-tarde a todos. Eu queria, primeiro, agradecer à Mesa. Eu queria deixar claro aqui para a Sra. Secretária, que esteve lá no albergue e pôde presenciar um fato único, que foi uma abordagem de um albergado. Eu, como comerciante local, como vários aqui, a gente presencia todo santo dia. Você chega para abrir o comércio, tem cinco, seis albergados na porta. Se você não der dinheiro, eles te ameaçam com faca, espetos de churrasco. Isso é constante!

Quem não é morador do Areal... Acho que há nobres Deputados aqui que não foram lá, que estiveram aqui no plenário, não tiveram a honra de conhecer o Areal. O Areal parece que é lembrado pelos deputados só de quatro em quatro anos! Nós queremos que o Areal seja reconhecido, como Águas Claras, porque nós somos morador de lá e temos honra em estar lá trabalhando.

O comércio caiu uma média de 30%. A questão de especulação imobiliária é o contrário: casas que valem 400, 500 mil reais estão sendo vendidas por 100, 150 mil, porque não se aguenta mais! Meu comércio, estou para colocá-lo à venda porque não tem como!

Nobre Deputado Olair Francisco, que tem comércio próximo, sabe da dificuldade. Ninguém. Recanto das Emas, Riacho Fundo I, todos são bem mais novos do que o Areal. Por que o Areal não desenvolve? Porque há um empecilho que se chama albergue. Todo mundo fala que nós somos preconceituosos. Não somos preconceituosos, nós somos pessoas humildes e trabalhadoras, que estamos aqui para mostrar para vocês a realidade de Águas Claras. O albergue é um empecilho. Existe a Rodoferroviária. Transfiram — não precisa transferir todos — pelo menos os moradores de rua. O albergue virou um depósito. Estão jogados. Esvaziam a cracolândia do Plano Piloto, levam para o Areal e colocam lá. Ficam na rua!

Querida agradecer a vocês o momento. Muito obrigado ao Deputado Olair Francisco pela iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Agradeço ao Sr. Paulo Sérgio Moraes.

Concedo a palavra à síndica Cláudia Oliveira.

SRA. CLÁUDIA OLIVEIRA – Primeiramente, boa-tarde a todas as autoridades e aos demais presentes.

Gostaria primeiramente de agradecer aos Deputados Chico Leite, Olair Francisco e Rôney Nemer por esta oportunidade de estarmos aqui hoje reivindicando mais uma vez a retirada do albergue.

Eu creio que a Sra. Secretária tem família, como eu tenho. E hoje eu estou aqui porque eu quero zelar pela minha família. Hoje, os meus filhos vão para a escola de van. Por quê? Porque minha filha foi assediada no que se conhece por parada de ônibus, entre aspas, porque lá ainda faltam paradas de ônibus. Minha filha tem 14 anos e tem que ir de van, com meu suor, pois eu não podia pagar e estou pagando a van para ela e para o meu outro filho. Que mundo é este? Que país é este? Concorde que haja albergue bom. Em Paris são muito bons os albergues, batem em qualquer hotel 5 estrelas daqui. É muito fácil falar que ali...

Gostaria até de convidar a Deputada Eliana Pedrosa, apesar de não estar mais presente, e a Sra. Secretária para ficarem uma semana no meu apartamento. O convite está feito. Uma semana! Um dia para elas é pouco. Eu quero uma semana! Aí eu quero ver se vai demorar a sair, porque eu estou cansada de ouvir: “Estamos esperando a construção, estamos esperando isso.” Que porcaria é essa? Desculpem-me a expressão, mas eu estou cansada disso, cansada de esperar. De 4 em 4 anos, estamos esperando. É vergonhoso! É vergonhoso!

Eu, Cláudia Maria de Oliveira, adentrei o albergue e tenho fotos. Tenho fotos daquele estado de calamidade. É um estado de calamidade pública! É colchão puído, albergado dormindo em cama de cimento. É vergonhoso! E diz-se que cada albergado custa aos cofres públicos R\$ 1.840,00 (um mil oitocentos e quarenta reais).

Para onde está indo esse dinheiro? Eu quero saber! Sou cidadã que pago meus impostos todos os dias. Eu quero cobrar do Governo segurança, porque hoje eu não posso sair no meu comércio; tenho que ir ao Carrefour. Não posso pegar um ônibus. Que tipo de cidadã é esta? Digam-me.

O meu convite está de pé. O meu apartamento é simples, mas sou honesta. O meu convite está de pé para a Sra. Secretária e para a Deputada Eliana Pedrosa, que já se ausentou, mas deixa aqui o meu convite. Que passem uma semana lá!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado à Sra. Cláudia Oliveira.

Concedo a palavra ao Presidente da Associação dos Moradores de Águas Claras, Sr. Evandro Pereira.

SR. EVANDRO PEREIRA – Quero dar boa-tarde a todos aqui nesta Casa.

Quero, primeiramente, agradecer a Deus pelo fôlego de vida e por estar aqui participando dessa assembléia de grande importância para nossa cidade. Quero cumprimentar toda a nova Câmara Legislativa, o meu amigo Deputado Olair Francisco, que está sempre presente no Areal, e, em nome de todos os novatos, o Deputado Evandro Garla, meu colega que conheci durante toda a campanha.

Deputado Chico Leite, Presidente, parabéns pelo honrado nome que o Sr. tem em Brasília e que está representando a cara da nova Câmara Legislativa do Distrito Federal. A gente precisa primeiramente ver esse aspecto, porque a gente está no recomeço de vida. Sejam bem-vindos novamente a esta Casa a Sra. Arlete Sampaio — sou brasileiro, acompanho muito bem a política da minha Brasília —, o Deputado Chico Vigilante, um guerreiro que está sempre a postos para a luta. E também o representante de outro novato, o meu vizinho, o José Júlio, que é o nosso Administrador. A gente tem conversado, e eu tenho muita fé nesse novo Governo.

Eu quero deixar aqui a minha expressão como morador, como pai de família e membro desse grupo que milita para a retirada do albergue. E serei até repetitivo, porque todas as pessoas que me antecederam são pessoas que falaram com verdade, como a jovem que convidou a Sra. Arlete Sampaio para estar lá.

O fato é que a nossa cidade enfrenta uma situação que já passou do tempo de ser resolvida. Aquela questão do Albercon é uma situação experimentada. O nosso povo já está um povo experimentado. Agora pouco o Deputado Joe Valle falou uma palavra que eu segurei: ação. Na verdade, o nosso povo está experimentado, os novos Parlamentares e os antigos Parlamentares sabem o que fazer, e aqui está o povo representado.

Nós precisamos ver a saída do albergue, nós precisamos ver a saída daquilo ali, porque é um serviço que não contempla aquela cidade e tampouco contempla aqueles brasileiros que procuram apoio. Vejam bem! Então, nós queremos que realmente tenhamos ação, Deputado Joe Valle, para a retirada do albergue dali e para a instalação de serviços públicos, como o centro de saúde 24 horas e um colégio de segundo grau.

Então, Deputados, Sr. Governador, Deputado Olair Francisco, nosso companheiro que está à frente dos trabalhos, vamos pegar firme nessa luta, porque no Areal é unanimidade, como está escrito na nossa faixa. A cidade é unânime: precisamos ver o Albercon sair dali. E que aqueles brasileiros vão para esses albergues que estão sendo feitos, que são 4 — contemplam casal com seus filhos, idosos, homens. E que lá encontrem o apoio que o Brasil, que a Nação tem a dar para aqueles homens e mulheres que estão abandonados.

Instalem uma fábrica de painéis, instalem uma fábrica de bolas, deem oportunidade, deem atividade para aquelas pessoas e deem abertura para as religiões — a evangélica, a Assembléia — entrarem e fazerem o seu trabalho para levarem o nome de Deus e transformarem, porque sem a palavra de Deus também é impossível você tirar um homem do caos em que ele se encontra, que é o abismo de si, que é tão profundo que só Deus para enxergar.

Então, que o Estado venha com essa mão, com essas opções nos novos albergues, para resgatar aquelas pessoas. Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Sr. Evandro Pereira.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Farias Ferreira.

SR. CARLOS FARIAS FERREIRA – Meu nome é Carlos Farias Ferreira. Eu moro naquela região há 22 anos. Eu moro na Arniquireas desde a época em que ela se chamava Colônia Agrícola

Arniquireas. Já tive até o prazer de receber o companheiro Deputado Wasny de Roure quando ele era o Presidente da CPI da Terra.

Na verdade, quando eu fui para lá não existia nem albergue. E para quem não sabe, o albergue começou como uma baia para cavalo. Aquilo não é lugar de gente, aquilo foi feito para cavalo, e depois adaptaram para colocar as pessoas.

Quando eu falo do albergue, costumo fazer uma analogia com as favelas do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, via-se na televisão e ainda se vê hoje a questão das favelas. Vamos dar o exemplo do Morro do Alemão. No Morro do Alemão, a polícia não entrava, o tráfico dominava, e foi preciso a intervenção forte do Governo para mudar a imagem, para que a comunidade pudesse viver, e é o que está precisando no Areal hoje, Sra. Secretária. Hoje, no Areal, como já foi bem dito aqui, não há um comerciante que não tenha sido assaltado, não há uma mãe que tenha tranquilidade quando o filho vai à escola.

Já tivemos oportunidade de conversar, compreendo muito a posição da senhora. A questão é a necessidade. A concepção do albergue é boa e necessária. Agora, o albergue, como ficou... Há poucos dias eu tive oportunidade de conversar com uma pessoa que viaja pelo Brasil e, quando tem oportunidade, fica em albergue. Ele estava me contando da experiência de já ter ficado em Belo Horizonte, em São Paulo. Aqui em Brasília, quando foi ao albergue, não ficou uma noite, porque não há condição de uma pessoa decente ficar ali. Como eu disse, lá era baia, então, os quartos nem porta têm. Há poucos dias, uma menina estava falando de uma experiência. Ela é Vicentina e foi procurada por uma pessoa que estava no albergue, pai, esposa e parece que quatro ou cinco filhos. À noite, a situação era complicada porque o marido dormia, a mulher ficava acordada; a mulher dormia, o marido ficava acordado para vigiar, senão as pessoas entram e agredem mesmo.

Mas essa analogia que eu estava fazendo com a favela é a seguinte: a maioria das pessoas que estão no albergue são pessoas boas, são trabalhadoras, vêm à Brasília realmente a trabalho. Agora, há uma minoria ali, e é aquela que gravita fora do albergue, que é o complicado.

Eu queria aproveitar a conversa do Paulinho com respeito ao prédio da Rodoferroviária que está desativado. Possivelmente existam outras áreas públicas. Sra. Secretária, não é um problema só da secretaria da senhora, envolve a Secretaria de Segurança Pública, envolve a SEDUMA com suas políticas habitacionais. Que fizessem uma força tarefa no Governo e que, num curto prazo, ainda que provisoriamente, tirassem o albergue de lá para que ele voltasse numa nova concepção àquele lugar, porque ali não é lugar de gente. Aquilo ali foi feito para cavalo. Para receber pessoas ali com dignidade e com serviços que, além de atenderem o albergado — como a senhora falou, um posto de saúde, um CRAS — Centro de Referência da Assistência Social, atenda também a comunidade, e não tenhamos tanto problema como temos hoje, porque, infelizmente, não dá para conviver, não só quem mora no Areal, mas Arniquireas, Areal, ADE, Taguatinga Sul: não dá mais para conviver com o albergue na situação em que está hoje.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Sr. Carlos.

Concedo a palavra à Sra. Liomar Duarte.

SRA. LIOMAR DUARTE – Boa-tarde, senhoras e senhores, Srs. Deputados, Sra. Secretária, eu moro no Areal há 20 anos, sou aposentada da CEB. Trabalhei muito porque eu tinha horário para entrar na CEB, mas não tinha horário de sair, porque eu cuidava do faturamento da CEB. Trabalhei noites e noites para construir minha casa, para dar uma moradia decente para minha filha, minha família.

Hoje o que encontro é que o albergue não dá paz para as mães nem os pais do Areal. Se temos nossos filhos estudando, temos de ficar esperando eles chegarem a casa por causa do perigo que estão correndo. Já perdemos muitos jovens para o tráfico porque eles têm de sair do Areal para estudar em Taguatinga Sul. Como a família não tem dinheiro, o pai não tem carro para ir lá buscar o filho e levar, o traficante está ali na boca da mata esperando para viciá-lo e depois torná-lo sua mula, como dizem, para ele transportar a droga.

Agora, eu pergunto aos senhores: até quando a população do Areal vai sofrer esse desrespeito? Porque, se querem dar assistência, vamos dar assistência ao Areal, à população carente do Areal, gente, pelo amor de Deus! A população que não tem um lugar para tomar uma injeção, porque, se quer tomar injeção, ou paga para o farmacêutico ou vai para o Centro nº 5, que está superlotado e

não tem condições de dar assistência mais. Até quando? Se vamos dar uma assistência, vamos começar pelos moradores do Areal, que sempre sofreram, que foram injustiçados, esquecidos. Nós precisamos de Saúde, nós precisamos de Educação. Não temos nenhuma escola de primeiro e de segundo graus. Nossos filhos têm que ir para Taguatinga estudar. Como?

Então, vamos começar pela população do Areal. Eu confio na senhora, Secretária. Eu confio e a senhora pode estar certa de que a população do Areal não abre mão daquela área para nenhuma especulação imobiliária. Aí, nós vamos para a rua, mesmo. Chega! Já invadiram o que tinham de invadir. Agora, nossa comunidade precisa de assistência, precisa de socorro, e deixo aqui o meu apelo. Não sou preconceituosa, não, pois sou uma Vicentina. Trabalhamos com família carente e procuramos dar apoio àqueles pais de família que estão ali, duros, abraçados com seus filhos, e não os jogando pela rua.

Eu agradeço a vocês. Foi um desabafo. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado à senhora.

Antes de a Deputada Arlete Sampaio proferir as suas palavras, passo rapidamente ao coautor da proposta, Deputado Olair Francisco, para fazer breve encaminhamento.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Eu gostaria de fazer alguns encaminhamentos em nome do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Olair Francisco e de todos os Parlamentares da Casa, que acho de suma importância. O primeiro encaminhamento é que pegamos à Secretaria de Segurança um policiamento ostensivo imediatamente. (Palmas.)

O segundo encaminhamento é que a Sedest, a Administração Regional e a comunidade comecemos a fazer reuniões imediatamente para cuidar do remanejamento daquele local. (Palmas.)

O terceiro e último, quando V.Exa. falou da construção que está acontecendo desses dois albergues, deixou transparecer que, com essa construção, pode haver de imediato a desativação do albergue existente em Águas Claras. Então, nós entendemos que a construção desses dois novos albergues, de fato, elimina o albergue de Águas Claras.

Eram esses 3 encaminhamentos que eu queria fazer para V.Exa., em nome do Deputado Chico Leite e de toda a Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado, Deputado Olair Francisco.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, Líder do Governo, por um minuto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comunidade do Areal aqui presente, eu fiz questão de pedir a palavra até porque fiquei toda a sessão. De fato, na função de Líder do Governo, tenho que resolver vários problemas. Peço desculpas principalmente às pessoas que depuseram aqui, pois, às vezes, não conseguimos nos concentrar em função de uma série de problemas que estamos tratando para o bom andamento desta Casa e das reivindicações que advêm da própria população.

Quero cumprimentar a Mesa.

Sei das preocupações de cada um dos que aqui expuseram. Sei da história da Deputada Arlete Sampaio. Quero resgatar aqui alguns que acham que pelo fato de sermos Parlamentares, só aparecemos de 4 em 4 anos. Isso não é verdade. Conheço o Areal muito antes de ele ser parcelado e construído, até porque havia naquela localidade uma grande companheira, que foi histórica na minha caminhada política, a companheira Maria do Areal. Nasceu ali, na luta da creche e do Clube de Mães, até hoje muito pouco lembrado por conta de toda uma história de uma região que evoluiu tremendamente.

É verdade que também no Governo do Prof. Cristovam houve um crescimento gigantesco do ponto de vista de parcelamento de novas áreas, depois reforçado com a área do desenvolvimento econômico. Creio que, em primeiro lugar, o meu registro é pela valorização da vinda da comunidade no encontro com autoridades e lideranças que fazem a gestão do poder público naquela localidade.

Em segundo lugar, é para ouvir o clamor da população. Este é fundamental. E se há algo, para mim, extremamente importante é a palavra de quem vive ali diuturnamente, de quem mora ali. O poder público tem uma expectativa e luta para que essa expectativa seja viabilizada, sustentada dentro de um ordenamento jurídico. Essa é a expectativa do Estado, mas nem sempre a expectativa do Estado

é operacionalizada pelas forças sociais que atuam na comunidade.

Portanto, quero aqui me somar ao encaminhamento feito, até mesmo porque sabemos que os próprios governos anteriores, preocupados com a situação de convulsão social naquela localidade, já vinham preparando uma saída. Infelizmente, Brasília viveu um momento extremamente adverso no seu encaminhamento político.

Porém, conhecendo a sensibilidade, a autoridade moral e a responsabilidade com o anseio da população, acredito que a Secretária de Desenvolvimento Social, as lideranças da região, da localidade, particularmente do Areal – isso é da maior responsabilidade –, devem e irão conduzir o assunto. E vão contar conosco nessa trajetória. Isso é que é importante. A Câmara Legislativa dá prova disso!

Neste sentido, cumprimento o Deputado Olair Francisco e o Deputado Chico Leite. Outro dia, em visita ao administrador Júlio, vi que ele já apontava esse gigantesco problema. Inclusive, há uma assessora que trabalha conosco e é moradora daquela localidade. Deputada Arlete Sampaio, essa companheira foi ameaçada em diversos momentos porque capitaneou um movimento para a construção de escola quando havia invasores de plantão para ocupar a área. Essas pessoas e essas lideranças devem ser valorizadas, porque viram um interesse público maior que o interesse de grileiros.

Portanto, contem com o nosso apoio, contem com a nossa disposição para que possamos, de fato, construir a cidadania do Areal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Passaremos a palavra imediatamente à Secretária de Desenvolvimento Social, Deputada Arlete Sampaio.

SECRETÁRIA ARLETE SAMPAIO – Ouvi com muita atenção o depoimento de representantes da comunidade. Quero dizer, sobretudo à Sra. Cláudia, que o depoimento dela me deixou muito impactada, porque eu o entendo e acredito que essa situação é bastante real. Vocês devem realmente estar sentindo na pele a presença dessa população que vive à margem da sociedade. Independentemente do albergue, eles vão tentar ficar naquela região, porque são traficantes de drogas.

Eu não vou aceitar o convite para ficar uma semana na sua casa, porque vou precisar trabalhar muito para ver se agilizamos as coisas na Secretaria, a fim de resolvermos os problemas. Só por isso não vou aceitar o seu convite.

Ouvi também o depoimento – ele próprio se intitula assim – do Neginho Roriz. Quando eu falei que era preciso fazer o debate sem viés político, eu não falei que iria ser feito dessa maneira. Apenas recomendei, desde o início. De minha parte não haveria, porque eu também poderia dizer: “Os governos passados não fizeram nada”. Não o fiz porque eu acho que não é o tom do debate que temos que ter aqui.

Aqui nós ouvimos palavras de pessoas evangélicas, católicas. Todas elas – tenho certeza disto – comungam com o sentimento de que temos que defender, como Cristo fez, os mais pobres, as pessoas mais desassistidas da sociedade. Eu acho que todos nós temos essa visão.

Acho também que o comerciante tem razão. O Sr. Paulo, o Sr. Carlos, todos têm razão de que aquela realidade ali afeta o próprio comércio. As pessoas têm medo de atravessar aquela rua. É evidente que isso é verdade.

Nós temos 50 dias de governo e, mesmo sem orçamento, já viabilizamos a construção imediata de dois albergues. Visitamos todas as áreas que estavam previstas para o albergue. Existiam problemas em várias delas. Inclusive, em uma delas passava uma adutora debaixo da terra e nada poderia ser construído em cima.

Nós já viabilizamos os 4 locais. Eles já estão garantidos para que sejam construídos albergues. Procuramos sempre mediar. Não concordo com o Deputado que falou aqui que tem que ser na área rural. Não pode ser na área rural, mas também não pode ser no meio da cidade. Tem de ser numa área lindeira que tenha ônibus, que as pessoas possam se locomover, ir, sair, entrar, porque pode haver, inclusive, uma emergência de saúde, que alguém tenha que ser levado para um hospital, alguma coisa assim.

Então, nós já encontramos locais. Para dois deles o Governador já vai assinar proximamente a ordem de serviço e, para os outros dois, vamos buscar recursos para que sejam construídos. E vamos construí-los!

Então, o nosso compromisso com vocês é o seguinte: eu não posso dizer a vocês que vamos transferir o albergue amanhã para a Rodoferroviária. Não seria decente fazer isso. Vocês sabem muito bem. Não há como a gente preparar a Rodoferroviária, gastar um dinheiro exorbitante para prepará-la para mais uma situação transitória. Não é bom que se pense assim, nem vamos enganar vocês. Nós vamos, logo que construídos os dois primeiros albergues, fazer uma estratégia de separação que já permita um alívio a vocês de uma série de coisas.

Eu gostaria de dizer ao Deputado Olair Francisco que o encaminhamento primeiro que ele expôs, nós já estamos fazendo. Eu já me reuni com o Secretário de Segurança Pública, já conversei com o Comandante da Polícia Militar, já conversei com o nosso delegado e vou reiterar hoje ao Secretário de Segurança Pública que, junto com o nosso Comandante lá da região, seja providenciado um policiamento da polícia montada, porque é mais ostensivo e faz com que a gente passe mais vezes ali, e intimide mais os bandidos que estão lá. Então, isso a gente vai fazer. Isso é um compromisso de imediato para a gente fazer.

Sobre a outra parte, eu quero também que vocês entendam que nós queremos ser parceiros de vocês nessa empreitada. (Palmas.) Eu quero aqui apresentar a vocês algumas pessoas da nossa equipe: a Subsecretária da Assistência Social, Ana Lígia, que está ali, que foi Secretária Nacional da Assistência Social do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Sra. Adriana, que é Diretora de Proteção Especial da nossa Secretaria; as minhas duas assessoras especiais – Cláudia Saboia, que é assistente social e advogada, e Marlene Azevedo, que é assistente social.

Nós temos uma equipe do mais alto gabarito. São todas pessoas, com exceção da Adriana, que vieram do MDS comigo para atuar na Secretaria. E a gente vai fazer um trabalho de que vocês vão gostar com toda a certeza, porque faremos aquilo que é necessário para que os direitos sociais das pessoas sejam garantidos, para que a gente trabalhe na perspectiva da construção da cidadania, e não naquela velha prática do clientelismo que a Assistência Social, no passado, representou.

Quero ter permanentemente contato com vocês. Quero informá-los, no dia em que for assinada a ordem de serviço pelo Governador, de que a ordem de serviço foi assinada e será imediatamente iniciada a construção do albergue, assinado o contrato com a empresa para autorizar a construção. Da mesma forma, será comunicado a vocês quando os outros dois albergues começarem a ser construídos. Vamos desenhar juntos uma estratégia para a retirada, aos poucos, do albergue. Vamos retirar primeiro a população que usa mais esse tipo de prática.

Mas eu quero dizer novamente a vocês que precisamos que a Segurança Pública atue naquilo que é papel dela: coibir o tráfico de drogas, coibir a prática de delitos que acontecem naquela região. E o que está dentro do albergue, nós vamos ser responsáveis por aprimorar nossa fiscalização.

Nós sabemos muito bem que esses 2%, que são a exceção à regra, é que fazem todo esse tumulto; é que, por exemplo, embora tenhamos a fiscalização para que ninguém entre armado, jogam armas por cima do muro, eles fazem todos os tipos de coisas. Então, temos que reprimir de fato essas pessoas que praticam esse tipo de coisa.

E para terminar, pois estou atrasada para uma consulta, embora eu esteja bem de saúde, graças a Deus, eu quero dizer que queremos ser parceiros de vocês; as demandas sobre as quais a Sra. Liomar falou, ela tem toda a razão. Por isso mesmo que começamos a estabelecer conversações com o Secretário, para que possamos ser, no momento em que for retirado dali o albergue, construídos ali serviços públicos, sendo que algum dele tem de ser de assistência social. Nós vamos fazer isso. Vamos disponibilizar terrenos para que a Saúde possa implementar alguns serviços naquele local. Não sei se será possível uma escola, também não sei se haveria espaço. Nós vamos discutir sobre isso com calma, pois não será hoje que iremos decidir sobre isso. Vamos continuar conversando.

Eu quero dizer a vocês que eu fiz questão de pessoalmente participar desta comissão geral, porque não gostamos de fugir do debate. Gostamos de encarar as pessoas para falar das coisas que estamos pensando em fazer. Portanto, queremos ser parceiros de vocês. Entendemos o drama que vocês estão vivendo. Sabemos que vocês são pessoas cristãs, e como bons cristãos reconhecem as necessidades das pessoas pobres. Mas também compreendemos a

aflição das mães de família, das pessoas que têm filhos que passam por ali e estão sujeitos a todos os tipos de agressão, de ataques por parte dessas pessoas que, digamos assim, já saíram da normalidade e estão numa situação de extremo risco.

Então, precisamos entender isso. Vamos trabalhar juntos com vocês para superar esses dramas todos. Portanto, contem conosco. Estaremos estabelecendo um diálogo permanente com vocês. Vamos manter contato permanente também com o Administrador, para que ele transmita a vocês as ações que vamos iniciar.

Logo que possível, são só dois meses, não é possível fazermos tudo, mas brevemente estaremos, com certeza, anunciando outras medidas no sentido da instalação de outros serviços públicos, para que vocês sejam contemplados nas demandas que colocaram aqui. Eu serei porta-voz de vocês junto ao Secretário de Saúde, ao Secretário de Educação, para que possamos melhorar as condições de vida da comunidade do Areal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Eu quero agradecer imensamente a Secretária de Desenvolvimento Social, Deputada Arlete Sampaio, ao Dr. Júlio. Eu quero agradecer imensamente também ao Dr. Medeiros, ao comandante Robson, à Sra. Telma, ao meu companheiro de causa, Deputado Olair Francisco, ao Deputado Evandro Garla, que ficou até agora, firme, e ao Deputado Wasny de Roure. Eu quero agradecer imensamente a todas e a todos que participaram desta audiência pública.

O fundamento, o princípio desta Casa é o princípio do debate para resolvermos o problema. Nós hoje, digamos, começamos a resolvê-lo, sem que ele tenha apenas o caráter policialesco, que os agentes de segurança disseram que não tem, sem que o caráter social venha afligir mais ainda os moradores que precisam e, aliás, têm direito sagrado à paz e à segurança; mas contemporizando direitos. Nós temos de entrar no século XXI tendo a consciência disso.

Por isso eu queria sugerir, afóra as medidas já sugeridas por nós aqui – o Deputado Olair Francisco, eu e o Deputado Evandro Garla, enfim, todos os colegas, o Deputado Chico Vigilante –, algumas sobre as quais a Deputada Arlete Sampaio prenunciou que já vinha atuando, em relação ao policiamento efetivo nos arredores, porque me parece que o maior índice de criminalidade se dá ali nos arredores, porque havendo crime tem de haver prisão em flagrante, e é preciso policiamento ostensivo e efetivo. Então, me parece que a questão é mesmo policial!

A construção com a desativação, mas com a cautela de também não transferir o problema para outra cidade. Tem de ter muita cautela para que meu bem não seja o mal dos outros. Não me parece que seja cristandade razoável.

Em um momento mais imediato, Deputada Arlete Sampaio, essa é mais uma angústia que me dá no Parlamento. Nós poderíamos propor uma reunião – se V.Exa. puder participar, já que é fundamental a sua presença – com um grupo menor de pessoas, porque esse assunto não se resolve em assembleias. Deve-se provocar o debate, mas não se resolve em assembleias! Então, é preciso uma comissão de moradores, uma administração e a Secretaria em uma reunião ainda na próxima semana, e V.Exa. pode marcar, para que essas medidas fossem detalhadas. Mas, pedindo a compreensão de todos os militantes da causa, porque a natureza não dá saltos e não há como corrigir, senão pela enganação – e isso esse Governo não fará! – um problema causado há anos pela exclusão social.

Muito obrigado a todas e a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 17h57min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª
(PRIMEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.**